

breves notas acerca da formação histórico-econômica de campina grande: do gado (século XIX) ao algodão (século XX)*

brief notes upon the economic and historical formation of campina grande: from cattle (19th century) to cotton (20th century)

William Eufrasio Nunes Pereira**

Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

RESUMO

Campina Grande adquiriu esse nome devido as suas primeiras habitações terem surgido em uma grande campina. Em 1769 foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, que passou a ser chamada de Vila Nova da Rainha em 1790. Da feira de gado, a cidade transformou-se no segundo maior polo exportador de algodão do mundo, na virada do século XIX para o XX. A cultura do algodão promoveu uma verdadeira revolução no município, possibilitando-o ser “a maior cidade de interior do Nordeste”. O comércio do algodão superou o processo produtivo agropecuário, tornando a cidade um centro comercial, cuja principal mercadoria era o algodão. O declínio da atividade algodoeira no município (pós-1940) abrirá espaço para as atividades industriais. Elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, este artigo procura mostrar a gênese da economia de Campina Grande.

Palavras-chave: Pecuária. Algodão. Comércio. Indústria. Campina Grande.

ABSTRACT

The city of Campina Grande got its name from its first houses to come in a large meadow. In 1769 was created the Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, which became known as Vila Nova da Rainha in 1790. From a cattle fair, the city became the second largest exporter of cotton polo in the world at the turn of the nineteenth to the twentieth century. The cultivation of cotton has promoted a revolution in the city, allowing it to be “the largest city in the Northeast”. The cotton trade surpassed the agricultural production process, making the city a commercial center, whose main commodity was cotton. The decline of cotton activity in the city (post-1940) open space for industrial activities. Made from a literature search and document this article demand shows the genesis of the economy of Campina Grande.

Keywords: Cattle. Cotton. Trade. Industry. Campina Grande.

* Submetido: 18 de fevereiro de 2016; aceito: 8 de setembro de 2016.

** Professor associado do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *E-mail:* wenpereira@hotmail.com.br

1. Uma introdução à história econômica de Campina Grande (PB)

Campina Grande encontra-se situada nas bordas orientais do planalto da Borborema, a aproximadamente 120 quilômetros a oeste de distância da capital do estado (João Pessoa). Localizada no agreste da Borborema, a cidade adquiriu esse nome devido as suas primeiras habitações terem surgido em uma grande campina. Em 1769 foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, que passou a ser chamada de Vila Nova da Rainha em 1790 (Pinto, 1938).

No século XVII, os primeiros habitantes dessa campina (índios ariús) são utilizados pelos colonizadores – família Oliveira Lêdo – que ali chegaram como vaqueiros, para o gado trazido do litoral. Devido à alta rentabilidade e ao elevado grau de especialização, o cultivo da cana-de-açúcar cresceu aceleradamente, tornando-se necessário deslocar a criação de animais para o interior do estado. Esses animais eram imprescindíveis tanto como alimentação – carne, leite etc. –, quanto como animais de tiro, mas tornava-se antieconômico criá-los no litoral, já que o cultivo da cana e a produção do açúcar apresentavam maior rentabilidade. A criação de gado dentro das unidades produtoras de açúcar tornava-se impraticável por ser antieconômica – menores taxas de lucro –, como também pelo risco de o gado invadir os canaviais, prejudicando o crescimento da cana e criando conflitos desnecessários. Assim, a criação foi paulatinamente sendo afastada da plantação de cana. A expansão da economia açucareira dependia crescentemente de maior quantidade de animais de tiro não apenas para a moagem da cana, como também para o transporte da lenha, elemento fundamental nos engenhos de açúcar (Furtado, 1977).

O criatório transformou-se em fator imprescindível à penetração e ocupação tanto do Brasil, como da Paraíba. Furtado nos mostra que a economia criatória era uma atividade fundamentalmente “induzida pela economia açucareira e de rentabilidade relativamente baixa” (Furtado, 1977, p. 57), não alcançando os níveis de rentabilidade atingidos pela produção do açúcar, mas necessária à produção açucareira. Esse fato impulsionou a interiorização da criação.

A pecuária no interior nordestino, e paraibano, possibilitou o crescimento de povoações no interior. A expansão pecuária consistia basicamente

mente no aumento dos rebanhos e incorporação de mão de obra. A economia açucareira controlou inicialmente o processo evolutivo da interiorização e do crescimento da pecuária, mas, com a crise dessa economia, a pecuária assume crescente independência adiante da economia açucareira. Com a estagnação da produção açucareira, ampliou-se a imigração para o interior, onde a pecuária e a agricultura de subsistência representavam os meios possíveis de sobrevivência para esses emigrantes. A crise da economia açucareira em conjunto com a corrente migratória – litoral-interior – fomentou um lento processo de atrofiamento na economia nordestina. Atrofiamento “no sentido de que a renda real *per capita* de sua população declinou secularmente” (Furtado, 1977, p. 63), pois o crescimento da população concomitante ao declínio das exportações em uma região pecuária – como a população se alimenta do mesmo produto que exporta – em nada afeta a oferta interna de alimentos, e, portanto, a população pode continuar crescendo normalmente, mesmo com um longo período de decadência das exportações (Furtado, 1977, p. 63).

O antigo aldeamento dos índios ariús cresceu e desenvolveu-se, tendo como base inicial a pecuária. Posteriormente com o crescimento da imigração do litoral para o interior, cresceu tanto a pecuária, quanto a produção de subsistência. A economia pecuária e a produção de subsistência possibilitaram ao aldeamento tornar-se vila e cidade. A vila que foi construída na grande campina era favorecida com água em abundância e pasto para os animais, além do que a terra demonstrava grande fertilidade para as culturas agrícolas.

Devido a esta “posição geográfica e climaticamente privilegiada”, surgiu rapidamente uma feira de produtos aborígenes produzidos pela população. Esses produtos assumem as características de mercadoria (valor de uso e valor de troca)¹ (Marx, 1988), quando chegam ao mercado, que nesse período se constituía do encontro semanal entre os pequenos produtores das circunvizinhanças. Essa feira, porém, não garante *per se* o desenvolvimento da vila, pois nela habitam apenas pequenos agricultores,

¹ Os bens comercializados nessas feiras não eram mercadoria no sentido estrito (produzidas diretamente para o mercado), mas eram bens excedentes da produção de consumo do produtor, que eram colocadas na feira visando obter outros produtos para as necessidades básicas.

vaqueiros, índios, caboclos etc.², pois os grandes fazendeiros e senhores de engenho residiam em suas propriedades, que tinham autonomia socioeconômica. A vila era ponto de passagem para aqueles que se destinavam ao sertão pelas poucas estradas ali existentes, onde se criava gado de forma extensiva. Assim o município tornou-se “rancho” de descanso para os viajantes da época. A Vila Nova da Rainha contava com uma população relativamente grande diante das demais vilas da província, mas só é elevada a cidade em 1864 (BNB/SUDENE, 1962). A cidade crescia lentamente, mas a cultura do algodão impulsionará o crescimento de Campina Grande, tornando-a um centro comercial algodoeiro. Esse crescimento econômico foi favorecido no início do século XX pela chegada ao município da linha de ferro sob o comando da Great Western Brasil Railway.

No século passado, a cultura do algodão cresceu celeremente, promovendo uma verdadeira revolução no município, possibilitando-o ser “a maior cidade de interior do Nordeste”. O comércio do algodão supera o processo produtivo agropecuário, tornando a cidade um centro comercial, cuja principal mercadoria é o algodão. Nesse período (1907) chega ao município o primeiro trem e, posteriormente (1920), os primeiros caminhões. Esses novos meios de transportes fomentam crescentemente o declínio das tropas de burros (tropeiros), que passam a ter restringidas suas rotas e áreas de trabalho para pequenas rotas no interior do sertão, que ainda não tinham trem nem caminhões. Com o declínio da atividade algodoeira no município (pós-1940), a atividade coureira e sisaleira permite ao município manter seu crescimento econômico, favorecendo a implementação de diversas plantas industriais pós-1960, através dos incentivos da SUDENE.

2. O Nordeste, a Paraíba e a articulação comercial

O Nordeste, outrora centro dinâmico da economia brasileira, perde continuamente posição para o Sudeste devido às transformações econômicas ocorridas na economia mundial e, conseqüentemente, na brasi-

² Os índios ariús foram paulatinamente exterminados, expulsos e mesclados com a população branca que chegavam para estabelecer-se na vila.

leira. Essa perda de posição econômica é favorecida pelo desenvolvimento da economia cafeeira. Segundo Silva, o café em 1840 “já era o principal produto brasileiro de exportação” (Silva, 1976, p. 18). Esse fato por si só não diz muito, mas, considerando-se que o comércio mundial cresceu num ritmo sem precedentes e que a economia açucareira (principal produto de exportação da economia nordestina) declinava, tornava-se evidente o aumento das desigualdades entre as duas economias exportadoras. O Sudeste assume assim no século passado, graças ao café, a hegemonia econômica sobre as demais regiões.

No fim do século passado, ocorre a diversificação da atividade produtiva conjuntamente com o processo de industrialização do país e a implantação de um sistema de transporte e comunicação (Guimarães Neto, 1989), fomentando crescentemente o desenvolvimento do mercado interno e a articulação comercial entre os estados. A região Sudeste beneficia-se tanto com o desenvolvimento, quanto com o declínio da economia cafeeira, pois, com o declínio do café, há um amplo e paulatino reinvestimento de capitais (anteriormente investido no café) em outras atividades, principalmente na indústria que apresentava grandes possibilidades de lucro. Lucro na economia cafeeira favorecida pelas crises na produção asiática, pela grande quantidade de créditos concedidos pelo governo, pela depreciação cambial etc. (Furtado, 1977).

O exame da crise do setor exportador nordestino torna-se fundamental para se compreender o processo de articulação comercial entre o Nordeste e as demais regiões do país (Guimarães Neto, 1989). No fim do século XIX e no início do XX, as exportações brasileiras dos principais produtos exportáveis sofrem diversas alterações. O açúcar (principal produto de exportação nordestino) encontra-se em declínio, enquanto o fumo e o cacau crescem no que se refere ao *quantum* exportado. O algodão cresce após certo período de estagnação, enquanto o café cresce regularmente em seu *quantum* exportado.

As vicissitudes da economia e da produção mundial provocaram intensas dificuldades para as exportações brasileiras, forçando as regiões a buscarem outros mercados para seus produtos antes enviados para o exterior. A crise do setor exportador pressionou constantemente a uma procura pelos mercados regionais. Segundo Guimarães Neto (1989, p. 50), uma singela periodização do processo de articulação inter-regional, dentro da perspectiva nordestina, deve levar em consideração três fases:

- 1) fase inicial de busca de alternativas de colocação dos produtos nordestinos, antes voltados em sua quase totalidade para os mercados internacionais, período que se estende do século XIX ao primeiro terço do século XX;
- 2) fase intermediária da expansão industrial articulada ao setor externo, que se superpõe, parcialmente, à anterior, de comercialização da produção da indústria incipiente do Sudeste, particularmente de São Paulo, nos mercados regionais, que se estende dos anos 1930 aos anos 1950.
- 3) fase de consolidação do mercado interno do país, com a “indústria leve” e a implantação da “indústria pesada” (posterior a 1955).

Assim, no primeiro momento, a região Nordeste passou a inserir-se nas demais regiões através dos produtos que antes eram colocados no mercado externo. Cada estado no Nordeste procurou, a seu modo, aproveitar as “brechas” concedidas no mercado externo, como também colocar no mercado interno seus produtos autóctones. A Paraíba, que tinha o açúcar como principal produto de sua economia, ressentia-se profundamente com a crise da economia açucareira, mas o algodão vem dar nova vitalidade à economia do estado. A pecuária e o algodão, principalmente, assumem participação relevante na economia do estado. Por não necessitar de uma grande inversão de capitais – devido ao processo de consorciação com outras culturas –, a produção do algodão expande-se intensamente, principalmente no início do século XX. Vale ressaltar que a área de produção da cana não diminuiu, mas, sem sombra de dúvida, as oligarquias canavieiras (e não canavieiras) investiram na produção do algodão. Resumindo as vantagens de se cultivar o algodão, podemos dizer que,

além de dispensar a inversão de grandes capitais, era plenamente viável para qualquer área cultivável, permitindo o consórcio com culturas alimentares de subsistência e, talvez o mais importante, permitindo o uso exclusivo da mão de obra familiar dependendo da quantidade desta e da área cultivada. (Vasconcelos, 1980, p. 22)

As oligarquias que “produziam” tanto o açúcar quanto a pecuária ou o algodão “apropriam-se” crescentemente do estado, através da captura

dos órgãos de intervenção pública na região Nordeste. “O Estado foi capturado por esse Nordeste algodoeiro-pecuário [e açucareiro], e mais do que isso, num mecanismo de reforço, o Estado era esse Nordeste algodoeiro-pecuário [açucareiro].” (Oliveira, 1985, p. 53) A Inspeção Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), posteriormente Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), tornam-se mecanismos de favorecimento às oligarquias que produziam o algodão, a pecuária, o açúcar. As constantes secas ocorridas no Nordeste tornam-se um mecanismo de enriquecimento e de reforço às oligarquias.

3. Campina Grande, o algodão e o princípio da articulação

É nesse contexto complexo que o município de Campina Grande emerge como empório do algodão, no início do século XX. Porém, da fase inicial de sua formação até meados do século XIX, a economia do município era dominada pela agropecuária, ou seja, produziam-se alimentos para o consumo da Zona da Mata, como também algodão e gado. Na segunda metade do século passado, dá-se o crescimento da produção devido às condições – predominantemente o preço – internas e externas favoráveis. Por adquirir crescentemente um valor comercial, há um impulso em produzir não apenas para o mercado interno, mas principalmente para o externo. Diversos fatores fomentaram o desenvolvimento da produção do algodão no Brasil e principalmente no Nordeste. Fatores que fomentam o crescimento do algodão, desde a segunda metade do século XIX até o início do século XX. Entre os principais fatores que impulsionaram o desenvolvimento da cultura do algodão no Nordeste, faz-se necessário ressaltar (1) o crescimento abrupto da utilização da fibra nas indústrias têxteis do Brasil e do mundo; (2) a interrupção do fornecimento do algodão para o mercado mundial pelas colônias francesas nas Antilhas (durante as Guerras Napoleônicas no começo do século XIX); (3) o arrefecimento da produção dos algodões norte-americanos no decorrer da Guerra de Secessão, na década de 1860; (4) o desenvolvimento das indústrias têxteis no Brasil; e (5) o crescimento da demanda por tecidos devido ao crescimento populacional (Aranha, 1991).

O Nordeste, climaticamente favorável à produção de algodão, volta-se intensamente para a produção dessa fibra. O crescimento abrupto da produção de algodão é patrocinado pelo capital internacional em conjunto com o capital nacional, promovendo também profundas transformações nas relações de produção no campo. Inserida nesse contexto de intenso fomento ao crescimento da produção de algodão, Campina Grande vai, paulatinamente, deixando de ser um produtor para assumir uma função eminentemente mercantil, devido não apenas a sua localização, mas também à grande população (mais de 70 mil habitantes em 1920) e à estrutura agrária (constituída de muitos pequenos agricultores, arrendatários, moradores e poucos latifundiários). O capital mercantil incentiva o crescimento da produção de algodão no estado, através da compra do produto a preços relativamente altos, se se leva em consideração os preços de outros produtos agrícolas³. O crescimento dessa cultura não impulsionou uma maior absorção de mão de obra, pois utilizaram-se os trabalhadores já estabelecidos em suas propriedades ou que tinham acesso à terra. Uma maior absorção de mão de obra ocorrerá no processo de beneficiamento do algodão, que aconteceu com intenso vigor no início do século XX.

Dentro do estado, o município de Campina Grande paulatinamente hegemonizava os demais municípios através de sua liderança no comércio do algodão. Essa hegemonia caracterizava-se basicamente pela preponderância de Campina Grande no crescimento de sua economia relativamente superior aos demais municípios. Conseqüentemente atraía mais investimentos do que os municípios que apresentavam relativo nível de atividades comerciais. Na Tabela 1, pode-se notar o crescimento da exportação de algodão, açúcar e couros da Província da Paraíba entre 1835 e 1871. Podemos observar o contínuo crescimento das exportações desses produtos entre 1835 e 1871, com exceção do declínio ocorrido entre 1838 e 1855 devido à seca que atingiu o estado.

O processo de exploração do trabalho dentro da cultura do algodão possui características tradicionais ou pré-capitalistas, no qual o trabalhador

³ Entre 1858 e 1976, o preço do algodão esteve relativamente alto, quando se observa os preços do algodão na segunda metade do século XIX. Esses altos preços incentivaram crescentemente a produção algodoeira. O ano de 1863 apresenta-se como um dos anos de preços mais elevados do algodão, alcançando 41,6 *cents* por libra-peso. Dados obtidos em Vasconcelos (1980).

recebe seu salário de diversas formas: em espécie, em dinheiro (poucas vezes), ou aparece como coparticipante do processo produtivo com o latifundiário capitalista. Assim, no processo produtivo do algodão, temos formas tradicionais ou pré-capitalistas de produção (foro, meação, moradores) agindo conjuntamente com formas mais capitalistas de produção (agricultores capitalistas, embora fossem minoria), enquanto as formas de circulação são puramente capitalistas (Aranha, 1991).

Tabela 1 – Paraíba – Exportação de algodão, açúcar e couros da província (arrobas), 1835-1871*

ANOS	ALGODÃO ARROBAS (%)		AÇÚCAR ARROBAS (%)		COUROS ARROBAS (%)	
1835	99.804	100	116.655	100	10.401	100
1836	119.541	119	88.246	75	13.209	127
1837	109.025	109	93.668	80	8.315	80
1838**	SECA	–	118.618	102	14.650	141
1839	58.870	58	98.649	84	30.338	192
1840	70.560	59	187.336	160	12.876	124
1842	97.010	97	122.768	105	18.475	178
1855***	32.321	32	–	–	–	–
1858	190.554	191	675.878	579	9.311	89
1861	187.782	188	599.594	514	12.083	116
1862	216.468	217	683.081	585	9.600	92
1863	197.505	198	574.274	492	21.377	205
1864	397.728	398	432.318	370	22.259	214
1865	446.937	448	269.885	231	13.258	127
1866	542.133	543	400.047	343	19.938	192
1867	398.620	399	320.275	274	12.867	124
1868	569.897	571	300.937	258	27.817	267
1869	533.609	535	448.445	384	30.126	290
1870	377.178	378	268.205	230	17.202	165
1871	681.355	683	230.481	192	45.497	437

Fonte: de 1835 a 1861, Pinto (1938), e de 1862 a 1871, Vasconcelos (1980).

* Quando se considera que eram mínimos os meios de transporte e as estradas, e que a existência de um centro absorvedor (Campina Grande) da produção estadual ainda inexistia, pode-se deduzir que a maior parte desses produtos exportáveis pela Paraíba eram de fato produzidos internamente.

** A ocorrência de uma seca prejudicou a produção do algodão. Além do mais, não foram encontrados os dados sobre o algodão para esse ano.

*** Não foram encontrados os dados para esse ano.

O algodão surgiu na Paraíba como uma alternativa econômica à atividade declinante do açúcar e dos couros, assumindo o predomínio – no

que se refere às quantidades exportadas e receitas obtidas – no final do século passado, devido principalmente à diferença entre os preços desses produtos, pois o preço do algodão crescia em detrimento dos demais. Consorciado com outras culturas, o algodão permitiu um aumento na renda dos agentes sociais (dos grandes fazendeiros aos pequenos agricultores) envolvidos com o produto. Na citação abaixo, podemos compreender o processo de consorciação do algodão:

A plantação do algodão, quando não era feita pelo proprietário da terra, o era por agricultores que denominaram-se “moradores”, fazendo a partilha do algodão colhido com aqueles que lhes cedessem a terra coincidindo com o término das colheitas, estava o início da entresafra [sic], quando os agricultores devolviam as terras como restolho das chuvas, sendo as terras utilizadas como pastagens até o início do período das chuvas, quando o gado era novamente colocado em áreas com pastagens naturais. (Vasconcelos, 1980, p. 23)

A meação, a parceria e o arrendamento eram muito comuns em todas as microrregiões, porém no sertão dificilmente se encontrava o arrendatário. Campina Grande contava praticamente com todas as formas supracitadas de relações de produção e de trabalho pré-capitalistas, fato que favoreceu seu crescimento rural e urbano, pois as pessoas envolvidas com o campo, dentro dessas formas citadas, tenderam a mudar-se para o centro urbano.

O crescimento populacional ocorre fundamentalmente após 1864, quando a vila foi emancipada. Antes que a cultura do algodão fosse implementada na microrregião do município, Campina Grande era apenas “um incipiente centro urbano, onde as atividades mercantis se concentram” (PMCG, 1983, p. 17). Mas a partir de 1864 ocorre um rápido incremento populacional, que se deve basicamente ao crescimento do comércio algodoeiro que crescia concomitantemente à produção algodoeira. Em 1888, Campina Grande já “era vista como a mais populosa localidade paraibana: com cerca de 4 mil habitantes, a cidade crescia e, em 1892, contava com 400 prédios, chegando lentamente a 731 casas em 1907” (PMCG, 1983, p. 1).

Nas primeiras décadas do século XX, Campina Grande já contava com uma infraestrutura urbana que congregava um aglomerado de 70,8 mil habitantes em 1920. A iluminação pública foi inaugurada em 1920,

mas de forma muito precária⁴. Em 1936 a cidade contava com 14,6 mil prédios, 15 indústrias, 5 estabelecimentos bancários, colégios, cinemas, clubes etc., e uma população de aproximadamente 100 mil habitantes. O crescimento do comércio do algodão atraiu para o município uma série de novos investimentos (linha férrea, construção de estradas etc.) que lhe possibilitaram um rápido crescimento econômico nas décadas de 1920 e 1930. Além da energia elétrica e do abastecimento de água que ocorreram no início do ano de 1940. O crescimento de Campina Grande foi favorecido em 1956 pela inauguração do fornecimento da energia elétrica de Paulo Afonso – Cia. Hidrelétrica do São Francisco (PMCG, 1983). Os investimentos públicos em conjunto com os investimentos privados fomentaram o desenvolvimento do município, que não conheceu crise no seu crescimento econômico até a década de 1960. Os investimentos privados ocorridos no município não se devem apenas à sua localização, mas foram realizados devido à possibilidade de lucro decorrente do dinamismo da economia do município.

O desenvolvimento e a função regional (centro mercantil de comércio do algodão) do município não se explicam apenas “pela sua posição geográfica no contato com regiões que apresentam características econômicas diversas” (PMCG, 1983, p. 62), mas também por outros fatores históricos e econômicos construídos pela interação das relações de produção. Ao rejeitar-se a posição geodeterminista de alguns estudiosos, isso não conduz à rejeição total dos condicionantes geográficos, cuja influência no desenvolvimento da economia do município é importante, mas não determinante. Até porque a existência da ação humana transforma o meio geográfico, modificando posições consideradas ou não como privilegiadas geograficamente.

A posição geográfica torna-se privilegiada apenas quando o padrão de acumulação vigente a define como tal. Um determinado *locus* geográfico somente se tornará privilegiado quando apresenta características *sui generis* para um determinado padrão de acumulação.

⁴ Em 1920, o senhor João da Costa Pinto, vindo do Recife autorizado pelo prefeito de Campina Grande, Cristiano Lauritzem, adquiriu de uma firma de São Paulo, um motor para geração de energia elétrica, de 100 CHV, de fabricação alemã, com dínamo de corrente contínua, com 65 mil velas, pesando 3 mil quilos, pelo valor de 18 contos de réis (PMCG, 1983, p. 22).

Outros fatores secundários se tornaram importantes para o crescimento do município de Campina Grande. Além da localização privilegiada, a população – considerada grande para a época –, a infraestrutura de estradas, os açudes, os imóveis, a proximidade com outros centros populacionais etc. permitiram aos capitais predominantemente comerciais um melhor investimento no local. Esses fatores permitiram que a produção e principalmente o comércio crescessem abruptamente no início do século XX.

Explicitando melhor, o desenvolvimento das estradas, os transportes e comunicações fomentaram o crescimento da articulação comercial (principalmente intrarregional), possibilitando que determinados municípios se tornassem hegemônicos em relação aos demais. Hegemônicos no que se refere à concentração de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, que viabilizavam a dependência dos demais municípios para com o centro hegemônico. Essa hegemonia foi favorecida – segundo defendem alguns estudiosos – por certos aspectos inerentes a essas áreas: posição geograficamente privilegiada⁵, infraestrutura básica de médio porte instalada, população relativamente grande, capital atuante suficiente para a implantação de estabelecimentos comerciais, cultura comercial etc. Ora, este aspecto “posição geograficamente privilegiada” não explica por que este ou aquele município assumiu a hegemonia sobre os demais em detrimento dos outros municípios circunvizinhos. Uma posição somente se torna geograficamente privilegiada quando existem projetos e/ou intenções – definidas *a priori* – de investimentos, frutos do desenvolvimento de uma estrutura produtiva que se expande continuamente. Os demais fatores secundários também deixam a desejar no que se refere a uma explicação plausível para a hegemonia desses municípios sobre os demais, pois são consequências do desenvolvimento histórico-econômico da sociedade.

Nos fins do século passado, tem início o desenvolvimento da cidade, consolidando sua hegemonia sobre as demais praças (Guarabira, Areia, Alagoa Grande, Itabaiana etc.), com a instalação da linha de ferro e a chegada do primeiro trem em 1907. Nas décadas de 1920 e 1930, o

⁵ Muitos autores superestimam esse aspecto, dando-lhe importância determinante no crescimento da função centro-mercantil de inúmeras áreas. Ver Aranha (1991), Vasconcelos (1980), PMCG (1983).

município torna-se um centro mercantil de comércio algodoeiro, considerado “uma Liverpool brasileira”. Somente após a instalação da linha férrea é que se pode atribuir ao município a função de centro mercantil e beneficiador de algodão (Aranha, 1991). A linha de ferro possibilitou não apenas a hegemonia de Campina Grande sobre as demais cidades paraibanas, mas também permitiu que o algodão fosse comercializado diretamente com a praça exportadora (Recife).

A Tabela 2 indica a importância que a cultura do algodão assume para a formação da receita estadual da Paraíba. Com base no predomínio do algodão sobre as demais culturas, e considerando que Campina Grande assumiu a liderança e o domínio do comércio do algodão, podemos atribuir ao município relevante participação na formação da receita estadual.

Tabela 2 – Paraíba – Participação de algodão, açúcar e couros na formação da receita estadual, 1893-1908 (1:000\$ – mil-réis)

ANOS	ALGODÃO (A)	%	AÇÚCAR (B)	%	COUROS (C)	%	RECEITA TOTAL DO ESTADO (100%)
1893	455:586\$	42,1	55:078\$	4,7	11:011\$	1,0	1.081:812\$
1894	270:969\$	26,0	77:691\$	5,5	17:331\$	1,6	1.040:810\$
1895	222:369\$	21,1	46:977\$	4,5	21:253\$	2,0	1.053:313\$
1896	266:316\$	23,5	78:018\$	6,8	19:654\$	1,7	1.132:850\$
1897	305:976\$	25,6	49:605\$	4,1	37:858\$	3,1	1.192:555\$
1898	288:588\$	23,0	51:281\$	4,1	86:923\$	6,9	1.250:121\$
1899	312:400\$	26,6	58:557\$	4,9	57:844\$	4,9	1.172:525\$
1900	394:668\$	31,5	45:838\$	3,6	41:871\$	3,3	1.250:475\$
1901	274:622\$	21,7	26:476\$	2,0	31:718\$	2,5	1.262:893\$
1902	430:552\$	28,5	30:867\$	2,0	30:278\$	2,0	1.506:586\$
1903	589:340\$	30,5	32:439\$	1,6	41:703\$	2,1	1.930:880\$
1904	374:533\$	23,8	13:220\$	0,8	92:213\$	5,8	1.567:978\$
1905	469:881\$	30,2	26:855\$	1,7	49:350\$	3,1	1.551:947\$
1906	550:225\$	27,2	37:583\$	1,8	36:540\$	1,8	2.018:424\$
1907	773:731\$	34,4	22:559\$	1,0	56:153\$	2,4	2.247:130\$
1908	557:225\$	29,6	27:397\$	1,4	65:471\$	3,4	1.876:501\$

Fonte: Vasconcelos (1980).

Dentro de um contexto de intensa atividade econômica algodoeira, há um contínuo desenvolvimento econômico municipal. E esse desenvolvimento é proficuamente fomentado pelo crescimento das atividades

vinculadas ao algodão (produção e circulação). A linha de ferro e o algodão permitiram ao município inserir-se plenamente no processo de articulação comercial, pois Campina Grande ampliou consideravelmente sua influência e seu comércio para com as demais cidades do estado. Antes da linha de ferro, o comércio campinense era predominantemente composto por produtos agropecuários de pouca expressão fora do agreste da Borborema, mas, com o algodão, diversificou-se seu comércio e foi ampliando sua área de hegemonia.

Tabela 3 – Paraíba e Campina Grande – Produção, exportação e renda nominal da exportação de algodão, 1919-1924

Ano	PARAÍBA		CAMPINA GRANDE			
	Exportação (toneladas)	Renda nominal*	Exportação (toneladas)	Renda nominal*	Participação relativa**	Participação relativa ***
1919	8.227	18.740	5.210	11.289	60,2	63,3
1920	11.716	–	10.316	–	–	88,0
1921	–	–	8.976	–	–	–
1922	–	–	10.526	–	–	–
1923	–	–	14.053	–	–	–
1924	14.000	93.338	9.104	65.361	70,0	65,0

Fonte: Mariz (1939), Vasconcelos (1980) e Aranha (1991).

* Valores em contos de réis.

** Participação da renda nominal de Campina Grande na renda nominal do estado.

*** Participação das exportações de Campina Grande nas exportações do estado.

Obs.: preço da arroba de algodão: 1919 (34\$166), 1924 (100\$000).

Ao transformar Campina Grande em um entreposto mercantil, o crescimento do comércio algodoeiro subordinou sua continuidade funcional à cidade do Recife, que atuava como principal centro exportador do Nordeste. As relações comerciais que se estabeleceram entre Campina Grande e Recife possibilitaram à primeira manter o crescimento econômico através do comércio algodoeiro. Dentro desse contexto, a cidade do Recife apresenta-se como fator de impulso ao crescimento econômico campinense, através das crescentes relações comerciais que se estabelecem entre as duas cidades.

Quando se observa a evolução da exportação e comercialização do algodão no estado da Paraíba e em Campina Grande, através da Tabela 3, pode-se observar a hegemonia campinense na formação da renda do estado, por assumir crescentemente a comercialização e exportação do

algodão. Em 1919 Campina Grande participava com mais de 60% da renda nominal do algodão, e esse percentual cresce substancialmente nos anos seguintes, alcançando 70% em 1924. A falta de alguns dados (preços do algodão, quantidades exportadas) não nos impede de crer que a participação de Campina Grande na exportação desse produto tenha efetivamente aumentado, pois, como pode ser observado na Tabela 5, a produção de algodão na Paraíba cresce continuamente, possibilitando ao estado ser o principal produtor até 1932, quando o estado de São Paulo passou a ser o principal produtor.

4. A diversificação econômica e comercial campinense

O desenvolvimento do comércio de Campina Grande ocorre após 1907, quando a linha de ferro chega ao município, pois se tornou o transporte fundamental para levar o algodão e trazer mercadorias do Recife. No período que antecedia o início do século XX, o comércio de Campina Grande limitava-se às mercadorias e aos produtos agropecuários manufaturados nas imediações. Entre 1907 e 1930, o comércio tende a crescer, mas com diversificação limitada, pois as mercadorias aqui comercializadas eram as trazidas do Recife, ou produzidas no agreste (artesanato, produtos agrícolas e pecuários), ou advindas de outras regiões. A hegemonia comercial campinense acelera-se com a chegada da linha férrea, pois em 1909 o município superava em número de estabelecimentos comerciais todas as principais cidades do interior⁶. O município desenvolveu-se rapidamente com a construção da linha férrea e

transformou-se em ponto terminal de trens e para ali convergiam tropeiros e boiadeiros de todo interior. Mesmo sem ter propriamente independência [pois o município dependia da cidade do Recife no que se refere à exportação do algodão] econômica o comércio estabilizou-se. Em breve, caracterizou-se como grande centro de atividades mercantis. Da noite para o dia, começaram a surgir colégios, cinemas, clubes, armazéns de mercadorias, trânsito de estivas e de algodão em pluma por mercado. (PMCG, 1983, p. 42)

⁶ Segundo dados levantados em Mariz (1939), existiam em Campina Grande, no ano de 1909, 95 estabelecimentos comerciais. João Pessoa detinha 274 estabelecimentos; Mamanguape, 85; Alagoa Grande; 72; e Itabaiana, 58.

Após a chegada da linha férrea, cresceu substancialmente o número de firmas ligadas ao benefício do algodão. Vasconcelos (1980) identifica 39 firmas ligadas ao algodão em Campina Grande, no ano de 1925⁷. Na década de 1920, surgem também as primeiras indústrias não ligadas ao benefício do algodão, que diversificam a estrutura industrial do município. Essa década pode ser vista como a década da diversificação das atividades comerciais, pois surgem em Campina Grande inúmeros estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas.

Os estabelecimentos atacadistas limitavam-se, nos anos anteriores a 1930, à compra e venda do algodão, enquanto o comércio varejista visava atender as necessidades mais imediatas da população ali residentes. Porém, com o crescimento populacional – favorecido pelo crescimento natural da população e pelos imigrantes que chegavam ao município em busca de emprego e melhores condições de vida –, ocorre um crescimento no número de estabelecimentos varejistas, visando atender esse novo mundo urbano que se organiza a partir das atividades econômicas vinculada ao algodão. Diversos foram os funcionários públicos que abandonaram seus empregos, para montar pequenos negócios – normalmente de estivas e cereais – em Campina Grande⁸.

Na década de 1930, ocorre um crescimento industrial mais diversificado. Além de outras indústrias beneficiadoras de algodão, surgem as primeiras indústrias mecânicas, tecelagens etc., favorecendo a absorção de mais mão de obra, como também ampliando a diversificação estrutural da economia do município. As indústrias SANBRA e Anderson Clayton – as duas maiores empresas a se instalarem em Campina Grande – paulatinamente concentraram a compra, a venda, o beneficiamento

⁷ A indústria Rossbach Brazil Company, beneficiadora e exportadora de algodão, é identificada como uma das pioneiras a instalar-se e a operar em Campina Grande. Mas não foram encontrados registros concretos de sua atuação na cidade. Vasconcelos faz breve citação sobre essa empresa. A firma norte-americana Anderson Clayton & CIA. também operou no município, encerrando suas atividades em 1968. Sobre as pequenas firmas de beneficiamento e prensagem do algodão, ver Vasconcelos (1980, p. 73).

⁸ Grandes comerciantes da década de 1920 em Campina Grande incrementaram seus negócios, diversificando-os. Encontramos, nas entrevistas realizadas por Dinoá (1995), que muitos foram os comerciantes que, pressionados pela crise do algodão, ou mesmo pela visão inovadora, diversificaram amplamente seus investimentos, como também diversos funcionários públicos deixavam seus empregos para montar pequenos estabelecimentos comerciais.

e a intermediação do algodão, em detrimento das inúmeras pequenas firmas de beneficiamento do algodão (Aranha, 1991).

O capital financeiro começa a atuar na década de 1920, porém somente consolida sua posição de fomentador de crédito regional na década de 1930. Na Paraíba, no início do século XX, existiam nove estabelecimentos bancários, dos quais três tinham sede em Campina Grande. O Banco Auxiliar do Povo (1928), o Banco dos Empregados do Comércio (1929) e o Banco de Campina Grande (1933) atuavam em conjunto com a Caixa Rural e Operária (1930), fomentando o crédito (Vasconcelos, 1980).

A articulação comercial inter-regional deve-se não apenas ao impulso fornecido pelo desenvolvimento da economia algodoeira, mas principalmente a dois determinantes básicos, que se constituíram na

busca desesperada, empreendida pelos produtores nordestinos de escoamento dos seus excedentes, antes colocados no comércio internacional [...], [como também na necessidade da] [...] indústria nacional, concentrada regionalmente no Sudeste e em São Paulo, que logo cedo teve de se voltar para os mercados das demais regiões brasileiras. (Guimarães Neto, 1989, p. 49)

Segundo Guimarães Neto (1989, p. 49), esse segundo determinante “representa o elemento primordial de constituição e consolidação do mercado interno brasileiro”, que, em nosso entender, favoreceu o processo de diversificação não apenas do comércio, mas da economia como um todo, além de fomentar proficuamente o desenvolvimento urbano do município. Campina Grande absorveu todos os impulsos fornecidos por esses determinantes do processo de articulação comercial, colocando no mercado intra e inter-regional seus produtos (principalmente o algodão) e acolhendo as demais mercadorias extrarregionais.

Até 1930, predominava no comércio de Campina Grande as atividades de compra e exportação de algodão, embora nessa década crescesse rapidamente o número de estabelecimentos comerciais atacadistas, varejistas, as indústrias, os bancos etc. Ocorre nesse período intensa diversificação econômica, fomentada internamente pelo comércio. O crescimento populacional muito ajudou no processo de diversificação das atividades econômicas. Nessa década aumenta consideravelmente o número de veículos automotores na cidade. Os primeiros caminhões

surgem em Campina Grande em 1920 e tornam-se os principais meios de transportes de mercadorias. O crescimento dos transportes automotivos é tão rápido que, em 1928, Campina Grande já contava com três agências de automóveis, sendo duas da Ford e uma da Chevrolet, que vendiam principalmente caminhões (Aranha, 1991, p. 266).

Os automóveis que chegavam a Campina Grande eram montados e distribuídos inicialmente na cidade do Recife e posteriormente redistribuídos para todo o Nordeste. Tais automóveis chegavam ao município pela linha férrea, e os caminhões adquiridos pelos abastados da época, normalmente, transportavam mercadorias para o interior do estado, para os demais estados e microrregiões que não contavam com linhas de ferro. Ao transportar mercadorias, os caminhões possibilitavam a comunicação entre as regiões, como também favoreciam a plena articulação comercial entre os estados da região Nordeste. Evidentemente, esse processo de articulação comercial somente foi possível nessa intensidade, devido ao desenvolvimento das estradas de ferro e estradas de rodagens. Na citação abaixo, podemos ter a dimensão do comércio de mercadorias entre os estados nordestinos:

Do Maranhão, vem arroz, goma de mandioca, coco de babaçu e, para lá, em troca, Campina Grande manda açúcar, fósforos, papel de embrulho, biscoitos, sardinhas, soda cáustica, cimento, bebidas em geral, manteiga. Do Piauí, em troca desses produtos vem arroz, feijão e milho. Do Ceará, cereais, do Rio Grande do Norte, cereais e sal. Do resto da Paraíba, Campina Grande recebe algodão e agave [sisal], minérios e cereais. Até o Brejo está se abastecendo em Campina Grande. De Pernambuco, através de importadores recebe açúcar, bacalhau, chapas de ferro galvanizadas, mais algodão, cereais, milho, feijão, farinha de mandioca. Para Alagoas, manda principalmente corda de agave, sal do Rio Grande do Norte e arame farpado importado, como também bacalhau do Recife, recebe em troca feijão, trigo, mucuri, mamona, agave e até gado em pé; para lá envia álcool, biscoitos, chumbo de caça, corda de agave, fósforos, bebidas, doces em pacote e em lata. (Rios, 1963, p. 223)

Essa diversificação comercial foi possível não apenas pelo desenvolvimento das estradas de rodagens (e linha de ferro) e das comunicações, mas também pela diversificação industrial ocorrida a partir da ascensão da economia algodoeira. O abastecimento das necessidades básicas da população tornava-se imprescindível, urgindo assim um crescimento diversificado nos estabelecimentos comerciais do município.

Procurando sistematizar as fases ocorridas no processo de desenvolvimento comercial campinense, visando a uma melhor compreensão para as vicissitudes ocorridas com esse subsetor da economia, podemos delimitar quatro fases pelas quais passou o comércio de Campina Grande⁹:

1) *Comércio primário e nativo* – Constituído como a primeira fase comercial do município. Caracterizado por um comércio primordialmente de bens primários, artesanais, comercializados (em sua maior parte) apenas com localidades próximas. Pouco comércio havia com regiões mais distantes (sertão, por exemplo) e, quando existente, era feito por tropeiros. Esse período ocorre dos primórdios do município até 1900 (Aranha, 1991).

2) *Comércio algodoeiro* – Nos fins do século passado, o algodão começa a assumir paulatinamente a hegemonia comercial sobre os demais produtos comercializados no município. Essa hegemonia é consolidada com a chegada da linha férrea ao município em 1907. Porém é com a consolidação dessa hegemonia que surge, também, elementos que fomentaram posteriormente o próprio declínio relativo desse predomínio comercial algodoeiro. Ou seja, o processo de comunicação e integração com outros centros comerciais, principalmente Recife, possibilita uma diversificação maior dos produtos comercializados no município. Essa comunicação e integração são garantidas pela linha férrea. Essa fase conta basicamente com duas etapas:

- a) etapa de ascensão da hegemonia algodoeira, de 1900 a 1935: neste período o peso maior do comércio centra-se nas atividades de compra, beneficiamento e exportação do algodão (Aranha, 1991; Vasconcelos, 1980);
- b) etapa de declínio da hegemonia algodoeira, de 1935 a 1955: quando o algodão vai perdendo lentamente sua importância no comércio do município (Mariz, 1939; Vasconcelos, 1980).

3) *Comércio predominantemente diversificado* – Entre 1940 e 1960,

⁹ Não há uma periodização classificatória sobre o comércio campinense conhecida. Alguns esforços foram feitos por alguns sociólogos e historiadores, mas não definiram concretamente fases nem o processo pelo qual as fases se sucedem. Uma tentativa de classificação pode ser encontrada em Aranha (1991).

Campina Grande ocupou uma posição de entreposto atacadista no Nordeste, atuando como uma espécie de “filial” do comércio do Recife para o interior nordestino. Por ser entrecruzada por diversas rodovias, tornou-se favorecida no que se refere ao potencial de comercialização de mercadorias para o interior norte do Nordeste. Nesse período, o comércio atacadista e varejista predomina na economia do município, tornando-o conhecido com centro atacadista no Nordeste. O comércio atacadista além de diversificado tinha um poder de irradiação enorme, atingindo todo o norte da região Nordeste, além do próprio estado da Paraíba (Vasconcelos, 1980; Rios, 1963).

4) *Comércio diversificado e relativamente declinante* – Com a crescente industrialização do Brasil e do Nordeste (via incentivos da SUDENE) pós-1955, cresce o *quantum* de novas mercadorias oferecidas no mercado brasileiro. Com o crescimento diversificado dessas mercadorias, em conjunto com o desenvolvimento dos transportes e comunicações, há uma inflexão na participação do comércio na economia do município. O comércio, principalmente o atacadista, declina consideravelmente em importância. Além do mais, a participação da indústria no município cresce substancialmente, nas décadas de 1960 e 1970. Essa fase perdura, praticamente, até o fim do século XX (Rios, 1963; PMCG, 1983; Dinoá, 1995).

5. As estradas de rodagens, os caminhões, os tropeiros e o declínio da economia algodoeira

O desenvolvimento dos transportes e comunicações, em conjunto com as estradas, paulatinamente expulsou da atividade de transportes os “tropeiros” que faziam o transporte do algodão e das demais mercadorias entre Campina Grande e as demais localidades da sua área de influência. Até 1900, os tropeiros dominavam o transporte, principalmente na maior parte da Paraíba, pois as estradas de ferro existentes chegavam apenas a Pilar, Mulungu e Guarabira, além da capital. Entre 1900 e 1925, os tropeiros perderam parte de suas rotas, pois a linha férrea ampliava-se, alcançando Campina Grande, Itabaiana, Itamataí, Duas Estradas, Alagoa Grande, Borborema e Bananeiras (Vasconcelos, 1980). Além do mais, as estradas de rodagens começavam a surgir no estado.

Em 1915, o presidente Wenceslau Braz construiu a estrada de rodagem

de Campina Grande a Soledade, num percurso de aproximadamente 60 quilômetros. Quando assumiu o governo federal (1919-1922), o paraibano Epitácio Pessoa, através da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), promoveu o desenvolvimento econômico da Paraíba através da construção de diversas estradas de rodagens, além de outras obras infraestruturais.

Tabela 4 – Paraíba – Estradas construídas pela IFOCS no governo de Epitácio Pessoa

INÍCIO	FIM	QUILÔMETROS
Umbuzeiro	Itabaiana	75,3
Sapé	Mamanguape	37,0
Taperoá	Cajazeiras	20,0
Mulungu	Alagoinha	14,8
Borborema	Serraria	7,1
Bananeiras	Moreno	3,2
Cajazeiras	Souza	47,0
Soledade	Patos	111,6
Patos	Pombal	78,5
Umbuzeiro	Campina Grande	98,5
Itabaiana	Campina Grande	72,0
Campina Grande	Boa Vista	49,0
Itambé	Itabaiana	31,0
Alagoa Grande	Esperança	17,3
Bananeiras	Arara	21,0
Borborema	Bananeiras	10,0
Borborema	Pirpirituba	11,9
Pirpirituba	Belém	12,6
Bananeiras	Patronato	1,0
Princesa Isabel	Imaculada	114,0
Parahyba (João Pessoa)	Pilar	50,4
Mamanguape	Jaraguá	9,9
Natuba	Barra de Natuba	17,5
Campina Grande	Cabaceiras	186,0
Total		1.107,4

Fonte: Maia (1978).

Na Tabela 4, podemos notar o rápido crescimento das estradas na década de 1920 (Maia, 1978). Além dessas estradas principais, o governo de Epitácio Pessoa construiu diversos ramais ligando pequenas cidades,

pequenos vilarejos, às estradas principais, como é o caso dos ramais do açude, de Boqueirão, de Pilões, de Pocinhos etc. A construção de 1.107 quilômetros de estradas permitiu que os primeiros caminhões transitassem transportando mercadorias, desestruturando as atividades dos tropeiros e suas tropas de burros, que outrora controlavam as rotas comerciais no estado.

Os tropeiros foram paulatinamente marginalizados a rotas secundárias, transportando mercadorias das localidades que ainda não tinham comunicação nem ligação com estradas principais para as cidades que eram cortadas por essas estradas. A própria ferrovia começa a ser sufocada pelo crescimento do número de caminhões em atividades de transportes. O conflito torna-se cada vez maior entre os caminhões, a ferrovia e os tropeiros. Em um processo lento e consistente, os caminhões assumem o domínio do transporte de carga, marginalizando os tropeiros e pressionando a ferrovia¹⁰, que tendia à obsolescência devido à falta de inversões que a permitissem crescer (Aranha, 1991). O declínio dos investimentos, principalmente em manutenção, nas ferrovias brasileiras, dá-se no início da Segunda Guerra (1914), quando Inglaterra, proprietária das ferrovias nordestinas, envolvida com o esforço da guerra, diminui os investimentos em manutenção e ampliação da rede ferroviária.

Como os Estados Unidos não sofreram danos de guerra territorialmente, foram paulatinamente assumindo a hegemonia dos investimentos no Brasil. Nesse período são instaladas no Brasil (principalmente no Sudeste brasileiro) agências revendedoras de veículos, bancos etc. Assim, nos meados da década de 1920, tem início não apenas o declínio dos transportes ferroviários, como também o surgimento de uma “mentalidade rodoviarista” no país. Exemplo dessa mentalidade pode ser observado pela frase do presidente Washington Luís, que, em 1926, dizia: “Governar é abrir estradas” (Aranha, 1991, p. 264).

Mesmo declinando consideravelmente, a atividade de tropeiros ainda subsistiu marginalmente, durante as duas décadas seguintes. Apenas no fim da década de 1950, essa atividade torna-se inexpressiva devido ao grande crescimento do número de caminhões em atividade de transporte, possibilitado pela indústria automobilística de grande porte implementada

¹⁰ Pressionando porque o *quantum* transportado pelos caminhões estava superando o *quantum* transportado pela ferrovia. Sobre essa questão, ver Aranha (1991).

no país. Essa indústria automobilística alcançava a quantidade de 321,2 mil veículos fabricados no Brasil, em 1960, e destes 48,2% eram caminhões e ônibus (Lafer, 1987). Torna-se interessante notar que esta “mentalidade rodoviarista” se consolida com o crescimento dos investimentos norte-americanos (berço das grandes indústrias automobilísticas) no Brasil. O crescimento das estradas de rodagens ocorre dependentemente do crescimento das inversões da indústria automobilística, como se pode notar depois de 1920, quando surgem as primeiras indústrias automobilísticas no Sudeste brasileiro, e depois de 1960 (implantação das grandes indústrias automobilísticas norte-americanas) aumenta os investimentos públicos nas estradas. Torna-se evidente, assim, alguns *slogans* governamentais, que exaltam a abertura das estradas como base para o desenvolvimento (Araújo, 1991, p. 264).

Entre 1918 e 1921, São Paulo assume uma liderança provisória da produção de algodão em relação à Paraíba, devido à seca que atingiu parte do Nordeste, afetando consideravelmente a produção de algodão no estado. A seca no Nordeste prejudicou momentaneamente a produção de algodão, provocando o declínio da quantidade produzida, enquanto a geadas no Sudeste fomentou a crescente diversificação agrícola naquela região.

O crescimento das estradas de rodagens e do número de caminhões possibilitou a plena articulação comercial regional, como também favoreceu o declínio relativo da economia algodoeira na Paraíba, pois, com o desenvolvimento dos meios de transportes (caminhões), os centros produtores de algodão (no sertão) passaram a comercializar diretamente com Recife, sem necessariamente passar por Campina Grande. Esse declínio foi fomentado por inúmeros outros fatores, dentre os quais vale ressaltar a crise de 1929, que influenciou o mundo capitalista como um todo, afetando as respectivas capacidades de importar e exportar. Além disso, o fator que promoveu o declínio da economia algodoeira no estado da Paraíba e em Campina Grande foi o crescimento da produção do algodão no estado de São Paulo (Vasconcelos, 1980). Desde 1918, com a crescente diversificação agrícola devido à crise no café e a geadas desse ano, São Paulo foi paulatinamente assumindo a liderança no processo de produção de algodão. Na Tabela 5, podemos ver o desenvolvimento da produção de algodão nos dois estados e observar que, depois de algumas oscilações, São Paulo assume a liderança da produção de algodão em 1932.

O fortalecimento dos municípios produtores de algodão, no interior paraibano, também fomentou o declínio do comércio algodoeiro em Campina Grande. O ingresso das grandes empresas do setor algodoeiro (SANBRA, Anderson Clayton etc.) intensificou o processo de concentração de compra, beneficiamento e venda do algodão, em detrimento das pequenas empresas de compra e beneficiamento. Esse fato nos é mostrado por Mariz, quando nos mostra que “a Paraíba, em 1935, tinha mais de 800 descaroadores pequenos. [...] A cada chaminé da Anderson Clayton, da SANBRA e de alguns grupos modernos que se aparelharam ao aparecimento destes, paravam 50 vapores em torno” (Mariz, 1939, p. 169).

Tabela 5– Comparativo das produções de algodão em caroço (em kg) entre os estados da Paraíba e de São Paulo, 1901-1940

ANOS	PARAÍBA	SÃO PAULO	ANOS	PARAÍBA	SÃO PAULO
1901	4.890.460	1.914.525	1921	12.433.118	13.188.490
1902	7.536.472	1.227.633	1922	26.270.588	13.599.315
1903	9.354.496	2.721.165	1923	28.000.000	25.371.000
1904	7.055.798	2.558.493	1924	20.000.000	26.895.847
1905	7.006.024	3.229.200	1925	15.200.000	16.508.385
1906	8.551.200	4.695.885	1926	29.000.000	8.644.288
1907	10.760.973	3.784.815	1927	22.000.000	9.977.358
1908	7.902.813	4.272.888	1928	19.000.000	4.434.850
1909	9.386.019	5.071.995	1929	29.000.000	3.924.244
1910	13.531.122	6.598.401	1930	18.000.000	10.500.000
1911	14.253.061	5.621.401	1931	23.000.000	21.500.000
1912	16.574.745	11.945.250	1932	9.676.017	34.700.000
1913	19.440.526	2.828.475	1933	23.330.745	105.000.000
1914	12.051.752	3.914.496	1934	40.000.000	124.000.000
1915	11.285.961	7.346.867	1935	48.833.000	176.345.000
1916	13.201.378	11.122.426	1936	35.414.000	215.667.000
1917	16.664.376	13.913.334	1937	37.998.000	245.790.000
1918	9.881.471	49.616.910	1938	32.000.000	287.901.000
1919	6.581.820	20.647.345	1939	35.000.000	295.240.000
1920	9.372.868	25.904.277	1940	50.000.000	307.372.000

Fonte: Vasconcelos (1980, p. 84).

A inserção dessas grandes empresas promoveu, entre os pequenos produtores, crescente instabilidade no que se refere aos preços, pois a política de atuação de tais empresas consistia em (Vasconcelos, 1980):

- 1) comprar somente algodão em caroço;
- 2) pagar um preço bem mais elevado para o algodão em caroço que aquele vigente no mercado;
- 3) financiamento aos agricultores em larga escala.

Esse imenso poder de mercado exercido pela SANBRA e pela Anderson Clayton não apenas fomentou o fechamento das pequenas firmas beneficiadoras de algodão, mas serviu como influência indireta aos comerciantes de algodão na diversificação de seus capitais, anteriormente aplicados majoritariamente no comércio de algodão¹¹.

É a partir da atuação das grandes empresas no comércio do algodão que o comércio, de um modo geral, desperta para a crescente presença do oligopsônio no mercado do algodão, que nada mais é do que o próprio movimento do capital em seu processo de reprodução, concentrando-se e centralizando-se (Marx, 1988).

Considerações finais

O processo de formação da economia campinense originou-se dentro de um contexto socioeconômico em que as relações mercantis dominavam as relações produtivas. Assim, o município desenvolveu-se com base na atividade comercial, que possibilitou a formação de outros setores de atividade econômica, que surgiam a reboque do desenvolvimento comercial.

Quando consideramos que o padrão de acumulação então vigente propiciou o desenvolvimento da antiga Vila Nova da Rainha – Campina Grande –, tendo como cerne desse desenvolvimento o incremento das relações comerciais entre o município e as demais praças exportadoras do algodão, podemos compreender que a tese de que o desenvolvimento

¹¹ Em entrevista ao repórter Ronaldo Dinoá, o senhor Otacílio Barbosa, filho do senhor Demóstenes Barbosa, conhecido como o “papa” do algodão, citava o ano de 1935 como um ano de crise para o comércio do algodão: “Eu tenho a impressão que foi em 1935. Houve uma crise muito grande na indústria têxtil. Meu pai tinha mil contos de réis nas mãos de indústrias do Sul que ficou perdido. Então, para recuperar o prejuízo, teve que se desfazer de muitos imóveis que possuía em Campina Grande, inclusive, um armazém que tinha em Recife” (Dinoá, 1995, p. 32).

econômico campinense se deve à posição geograficamente privilegiada do município não explica tudo, ou seja, esse pensamento é limitado por não explicar a evolução econômica de Campina Grande em sua totalidade e complexidade. Afinal essa posição geograficamente privilegiada só é “privilegiada” porque o padrão de acumulação de capital em ação assim a define.

A estruturação das diversas atividades econômicas ocorre como consequência do crescimento demográfico e econômico do município. Crescimento fundamentado na atividade comercial, inicialmente do algodão e posteriormente de uma maior diversidade de mercadorias. Essa diversidade no comércio de mercadorias ocorre em substituição ao declínio das atividades mercantis algodoeiras, cujas possibilidades de continuidade das pequenas empresas vinculadas ao algodão se mostraram mínimas devido à implantação das grandes empresas beneficiadoras e exportadoras, em conjunto com o declínio da atividade produtora no Nordeste e especificamente na Paraíba. Essa diversidade comercial ocorre gradualmente, conforme a diversificação do processo de produção na totalidade da economia.

A cidade do Recife muito influenciou o desenvolvimento de Campina Grande. Ambas mantinham entre si intensas relações comerciais. Campina Grande pode ser vista como uma espécie de filial do Recife, por exportar, através daquele porto, o produto-base de sua economia – o algodão. Além de que as mercadorias não produzidas no município vinham em sua maior parte do Recife, através dos comerciantes pernambucanos que se instalaram em Campina Grande, visando participar das vendas realizadas no município, como também ampliar a abrangência das vendas de suas empresas. Esse intenso intercâmbio realizado entre as duas cidades somente foi possibilitado em sua magnitude pelo desenvolvimento das estradas e comunicações. A construção da linha férrea que interligava Campina Grande ao Recife foi um dos principais fatores estimuladores dessas relações comerciais que se estabeleceram no início da década de 1900.

Evidentemente o desenvolvimento desse comércio através dos novos transportes – trem, caminhões etc. – gradualmente diminui a atividade tropeira existente no estado. Atividade esta que emprega grande número de trabalhadores, que foram impulsionados a inserir-se em outras atividades. A atividade tropeira tinha na feira sua principal fonte abastece-

dora. A Feira de Campina Grande assumiu fundamental importância na apresentação das mercadorias e na agregação dos ofertantes e demandantes de mercadorias. Serviu como principal mercado de vendas para as mercadorias produzidas ou não no município. Gradualmente, porém, a feira perdeu sua importância diante da organização dos estabelecimentos comerciais varejistas e atacadistas para os comerciantes das circunvizinhanças, mas manteve-se como elemento de agregação da população de mais baixo poder aquisitivo na realização das compras para o consumo.

Em resumo, pode-se considerar que o desenvolvimento socioeconômico ocorrido em Campina Grande na primeira metade do século XX foi possível devido à influência dos determinantes externos, que incrementaram as atividades econômicas vinculadas ao algodão no município. Sem as relações mercantis extrarregionais que se estabeleceram na primeira metade desse século, dificilmente o município teria apresentado o dinamismo que evidenciou nesse período. Essas relações mercantis cresceram devido ao aumento da atividade têxtil no Nordeste e fora deste. O declínio da atividade têxtil na região em conjunto com o crescimento da produção do algodão em outras regiões repercutiu no nível de atividade econômica do município, cujo cerne se encontrava no beneficiamento desse produto. Os determinantes internos aparecem nesse contexto como impulsionadores de um movimento cujo motor é externo, ou seja, os determinantes internos subordinam-se aos determinantes externos.

Na primeira metade do século XX, o município conheceu como crise econômica apenas o declínio da atividade de beneficiamento e exportação do algodão, mas, concomitantemente a esse declínio, ocorreu a diversificação de outras atividades, implicando manutenção do crescimento da economia. Esse fato repercutiu no crescimento demográfico do município através da absorção de população de outras localidades.

Referências bibliográficas

- ARANHA, Gervásio B. *Campina Grande no espaço econômico regional: estradas de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957)*. João Pessoa: UFPB, 1991 (Tese de Mestrado em Sociologia Rural).
- BNB/SUDENE. *Suprimentos de gêneros alimentícios da cidade de Campina Grande*. Fortaleza: BNB/SUDENE, 1962.
- DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*. 2 v. João Pessoa: A União, 1995.

- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: Massagana, 1989.
- LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987 (Série Debates).
- MAIA, Sabiniano. *Caminhos da Paraíba, 1500-1978*. João Pessoa: A União, 1978.
- MARIZ, Celso. *Evolução econômica da Paraíba*. João Pessoa: A União, 1939.
- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Livro I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- PINTO, Luiz. *Synthese histórica da Parahyba, 1501-1938*. João Pessoa: A União, 1938.
- PMCG. *Livro do município de Campina Grande, 1983*. Campina Grande: Gráfica Municipal, 1983.
- PMCG. *Campina Grande em dados, 1994*. Campina Grande: Gráfica Municipal, 1994.
- RIOS, José Arthur (coord.). *Campina Grande: um centro comercial do Nordeste*. Rio de Janeiro: SEC/SEPLAN, 1963.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- VASCONCELOS, Silvano Alberto de. *Ascensão e queda da economia algodoeira em Campina Grande: um estudo de caso (1907-1940)*. João Pessoa: UFPB, 1980, mimeo. (Dissertação de Mestrado em Engenharia da Produção).